



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO
0016/2025 – 1ª Revisão

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa evidenciar o problema a ser resolvido e identificar a melhor solução, permitindo a avaliação da viabilidade técnica e econômica para contratação de empresa especializada para execução indireta, sob a modalidade de empreitada global – material e mão de obra – objetivando a execução de obras de pavimentação em CBUQ, contenção (enrocamento de pedra de 1000 a 3000 kg, concreto armado e pedra argamassada) drenagem de águas pluviais em pontos específicos na sede e demais distritos do município de Rio Claro/RJ.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

(Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)

I.1) Necessidade da Contratação

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	511
ASS	<i>[Assinatura]</i>

O objetivo de tal solicitação é realizar intervenções nos logradouros, recuperando-os dos danos causados pelos elevados índices pluviométricos registrados nos últimos anos e intempéries, implementando melhorias e viabilizando a utilização adequada e segura, visando proporcionar maior qualidade de vida para os munícipes residentes nestes locais e transeuntes, facilitando o deslocamento de pessoas e mercadorias. Garantindo a segurança e a estabilidade dos locais.

I.2) Problema a ser Resolvido

O objetivo de tal solicitação é realizar intervenções em locais determinados a partir da verificação e avaliação técnica da necessidade de estabilização urgente ou preventiva, recuperando-os ou minimizando os danos causados pelos elevados índices pluviométricos registrados nos últimos anos e intempéries, implementando

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

melhorias e viabilizando a utilização adequada e segura, visando proporcionar maior qualidade de vida para os munícipes residentes nestes locais e transeuntes, facilitando o deslocamento de pessoas e mercadorias. Garantindo a segurança e a estabilidade dos locais.

PROCESSO Nº 346/25

FL Nº 812

ASS [Assinatura]

I.3) Interesse Público na Contratação

O interesse público na execução do objeto está sendo priorizado pelo fato da contratação garantir a adequada estabilidade de encostas e melhoria da infraestrutura viária do município, proporcionando condições adequadas de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários. Além disso, visa reduzir riscos de alagamentos e deslizamentos, promovendo maior proteção às áreas urbanas e rurais e assegurando a integridade de bens públicos e privados nas áreas envolvidas no objeto. A execução também resultará em economia de recursos em custos de manutenção e de operacionalização das áreas envolvidas.

II. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

(Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais – PCA?

() SIM

(X) NÃO

Neste caso específico o tipo de serviço solicitado possui previsão na LOA, uma vez que não foi elaborado até o momento o Plano de Contratações Anual.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade

1) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

1.1) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	513

apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 1.2) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.3) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.4) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.5) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.6) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 1.7) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

2) Qualificação Econômico-Financeira:

2.1) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

2.2) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

2.3) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

2.4) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	594
ASS	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	575
ASS	

Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

2.5) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

2.6) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

2.7) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3) Qualificação Técnica Operacional: Qualificação Técnico-profissional e técnico operacional exigida possuirá seu embasamento legal no Artigo 67 da Lei 14.133/2021 e será restrita a:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do Artigo 88 desta Lei ;

III - Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequado e disponíveis para a realização do objeto da contratação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

o caso;

V - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

VI - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto.

Ressaltamos ainda que:

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	596
ASS	

Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do Artigo 67 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do **caput** deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do Artigo 67.

Para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	518
ASS.	

experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

Na hipótese anterior, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

Na documentação de que trata o inciso I do **caput** do Artigo 67, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

A empresa licitante deverá estar devidamente registrada no Conselho Regional correspondente (CREA ou CAU). Na data prevista para entrega da proposta apresentará a Certidão de Registro e Quitação que comprova a situação do registro da empresa no conselho quanto a sua regularidade e anuidade.

Comprovação da capacidade técnico-profissional – apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25

FL Nº 518

ASS

[Handwritten signature]

Comprovação da capacidade técnico-operacional – apresentação de Certidão de Acervo Operacional – CAO, expedida pelo Conselho da região competente. Nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico (s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

Os profissionais participantes da Equipe Técnica deverão ser os mesmos que assinarão as ARTs de execução de obras /serviços, sendo necessária a apresentação de Responsáveis Técnicos nas áreas de Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

Os atestados de capacidade técnico-profissional deverão estar devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura (CAU) da região onde os serviços foram executados, comprovando que os responsáveis técnicos constantes do quadro técnico da licitante executam ou executaram serviços similares, em vulto e tipologia aos da contratação pretendida, devendo apresentar:

Os Atestados de Capacidade Técnica exigidos referem-se aos elementos ou características mais críticos e complexos do objeto da contratação, cuja execução bem-sucedida é essencial para o sucesso do projeto como um todo e devem possuir as seguintes especificações:

- a) Execução de obras de engenharia para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada;
- b) Execução de obras de contenção em enrocamento de pedra com volume

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	814
ASS	

executado igual ou superior a 5000,00 m³;

- c) Execução de pavimentos em CBUQ com área igual ou superior a 15.000,00 m²;
- d) Execução de obras específicas de drenagem de águas pluviais e construção de bueiros em tubos de concreto armado com diâmetro igual ou superior a 0,80 m.
- e) Execução de revestimento de concreto betuminoso usinado a quente, importado de usina, executado em uma camada, de acordo com as instruções/especificações do contratante, compreendendo preparo, espalhamento e compactação mecânicos e os materiais;
- f) Execução de calha meio-tubo circular de concreto vibrado, diâmetro interno de 600mm, inclusive acerto de fundo de vala.
- g) Execução de base de brita graduada, inclusive fornecimento dos materiais,
- h) Execução de pedra argamassada com cimento e areia 1:3, 40% de argamassa em volume - areia e pedra de mão comerciais
- i) Imprimação de base de pavimentação, de acordo com as "instruções para execução", do DER-RJ, sinalização horizontal, mecânica, com tinta termoplástica a base de resinas naturais e/ou sintáticas, em vias rodoviárias, aplicada por extrusão, conforme ABNT NBR 12935, 13132 e norma DNIT.

As condições de habilitação técnica deverão ser mantidas durante toda a execução do objeto. Por ocasião da substituição do responsável técnico indicado na fase de habilitação, durante a fase de execução do objeto, caberá nova comprovação quanto a manutenção das condições de habilitação inicialmente verificadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	520
ASS	

A Contratada deverá ser pessoa jurídica, apresentar à "Anotação de Responsabilidade Técnica – ART", conforme Decisão Normativa CONFEA Nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.

O Responsável Técnico pela realização dos serviços envolvidos no processo deverá ser um Engenheiro Civil ou profissional equivalente que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973.

As empresas com seus empregados devem cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, durante a jornada de trabalho regular do Órgão Municipal para favorecer o acompanhamento da fiscalização local.

Será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados "normas técnicas" e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, conforme Lei Nº 4.150, de 21 de novembro de 1962.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Ressaltamos ainda que, de acordo com o Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25

FL Nº 621

ASS

[Signature]

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

4) GARANTIA FINANCEIRA DA PROPOSTA

Será exigida nos termos do Art. 58 da Lei 14.133/2021, como requisito de pré-habilitação, garantia de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação;

[Signature]

[Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

Nos termos do § 2º do Art. 58 da Lei 14.133/2021, a garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

• **Vistoria Prévia**

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	522
ASS	

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, podendo ser agendado pelos e-mails: obras@rioclaro.rj.gov.br e obrasrioclarorj@gmail.com.

. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

. A vistoria deverá ser realizada somente com prévio agendamento;

. A vistoria deverá ser realizada com o acompanhamento de servidor designado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Obras e Serviços Públicos;

. O licitante que optar pela vistoria receberá um termo de comprovação.

. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

das condições e peculiaridades da contratação;

. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

- **Apresentação de Amostra e/ou Demonstração dos Serviços:**

Não cabe.

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	523
ASS	

- **Vigência do Contrato/Prorrogação/Reajuste (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021) :**

a) Vigência do Contrato (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21):

O prazo de execução do objeto será de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura e de acordo com o Cronograma Físico-financeiro. Orienta-se, entretanto, que, o prazo de vigência do contrato deverá ser superior ao de execução dos serviços para: a) amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo da execução dos serviços, provocadas por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o prazo de vigência do contrato; b) propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos; c) englobar os recebimentos provisórios e definitivos. Neste caso, 18 (dezoito) meses.

b) Prorrogação do Contrato:

O Contrato terá a vigência e prorrogações reguladas pelos ditames apregoados pela Lei 14.133/2021.

c) Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21)::

O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos. Em caso de acréscimos utilizar-se-ão os índices definidos a partir do



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

IPCA acumulado, IGP-M acumulado ou atualização a partir da data base da planilha, optando-se pelo fator que representar maior economicidade para administração pública.

IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO
(Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

PROCESSO Nº	34625
FL Nº	524
ASS	

Estimativa de Quantidades:

- A estimativa de quantidades foi baseada na planilha de custos e memória de cálculo dos quantitativos físicos anexas ao ETP.

Método de Levantamento da Estimativa das Quantidades:

As quantidades estão descritas em projeto executivo e na Planilha Orçamentária anexa e foram calculadas por profissionais técnicos habilitados e capacitados. Os cálculos baseados em critérios técnicos e quantitativos extraídos do projeto levando-se em conta o atendimento integral a demanda.

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO

(Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

Soluções Disponíveis no Mercado:

- Independente do método, o funcionamento das estruturas voltadas para contenção possuem as mesmas regras de funcionamento. O objetivo final é criar resistência ao deslocamento de solo ou rupturas causadas pelo corte ou desgaste provocado pelas intempéries. A principal diferença se diz ao local de apoio das estruturas, alguns métodos utilizam-se da gravidade, outros penetram de forma mais incisiva no solo e outros, apenas tratam a superfície de maneira leve.

Dentre as formas mais utilizadas de técnicas estão os gabiões, solo grampeado, cortina cravada, terra armada, muros de arrimo por flexão, muros de



arrimo por gravidade, pedra argamassada, cortina atirantada, retaludamento e crib-walls.

- Quanto a pavimentação urbana esta é composta basicamente por um sistema de camadas de espessuras finitas, aplicadas sobre um espaço chamado de subleito. Por sua vez, estas camadas que definem o tipo de pavimentação: flexível, semirrígido ou rígido. Cada qual possuindo utilizações e características únicas. Entre os materiais mais comuns estão o concreto, asfalto, pedra, tijolos e blocos de plástico reciclado.

Justificativa Técnica e Econômica da Escolha da Solução:

- A escolha está diretamente ligada às características do município e aos fornecedores em potencial, possibilitando a disponibilidade dos itens necessários à execução da obra sem prejuízo da execução do objeto e mantendo o cronograma de execução. E dentre as possíveis soluções apresentadas foi realizada a opção pela que apresenta maior praticidade técnica e executiva, atende de forma satisfatória e adequada as demandas que necessitam de atendimento. Feita essas ressalvas, podemos verificar que as técnicas a serem utilizadas são as que apresentam maior economicidade e eficiência.

Avaliação de Requisitos que Podem Limitar a Participação:

- A participação será condicionada à capacidade técnica, jurídica e administrativa da empresa, ou seja, ao preenchimento dos requisitos dispostos na qualificação técnica, garantindo assim a execução do empreendimento e seus itens mais relevantes.

Consulta Pública com Potenciais Contratadas:

- Conforme a Lei Federal 14.133/2021, pode ser realizada consulta pública

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

para coleta de informações com potenciais contratadas.

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	826
ASS	

VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

Estimativa do Valor da Contratação:

- A estimativa do valor da contratação foi baseada na tabela de preços EMOP/RJ, SCO-RIO e SINAPI – Data base: 07/2025 e está orçada em R\$ 10.441.219,25 (dez milhões quatrocentos e quarenta e um mil duzentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos).

Memória de Cálculo e Documentos de Suporte:

- A estimativa detalhada será anexada ao processo, acompanhada dos preços unitários referenciais e memórias de cálculo dos quantitativos físicos e memorial descritivo.

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

Solução Escolhida:

- A solução proposta será implementada de acordo com as informações contidas nos documentos técnicos anexos, incluindo: **Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, BDI e Composição de Custos Unitários e Memorial Descritivo.**

Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica:

- As garantias e manutenções são as previstas nas legislações correlatas e inerentes ao assunto e na Lei 14.133/2021. Ressaltamos que deverá ser observado de forma integral o Artigo 618 da **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25
FL Nº 527
ASS. [Assinatura]

(Código Civil): "Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo".

Garantia de Execução do Contrato:

Conforme consta no Capítulo II, especificamente Art. 96, § 1º da Lei 14.133/2021, será exigida garantia de execução do contrato, nas modalidades previstas na lei. A CONTRATANTE solicitará no início da execução do objeto por meio de "Ordem de Início" emitida à Empresa, atendendo aos ditames apregoados na Lei 14.133/21. Conforme especificado abaixo:

Art. 96, § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	246/25
FL Nº	520

pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

Art. 97. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Serão exigidos os percentuais máximos, conforme apregoado no artigo 98 da Lei nº 14.770, de 2023) , sem entretanto a majoração citada:

Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Art. 100. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	529
Assinatura	

Art. 101. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

Exigiremos a modalidade de seguro-garantia conforme previsto no Art. 102 da Lei nº 14.770, de 2023:

Art. 102. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I - a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

- a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- b) acompanhar a execução do contrato principal;
- c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;
- d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

II - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	34625
FL Nº	530
ASS.	

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integridade da importância segurada indicada na apólice.

Das Condições Gerais de Execução:

Os quantitativos de serviços devem ser limitados aos planilhados para cada item, não se admitindo acréscimo de serviços e/ou serviços extras sem a previa autorização da Fiscalização;

Os serviços executados em desacordo com as especificações e/ou se apresentarem defeituosos serão corrigidos e refeitos pela Contratada, sem que isso implique em ônus financeiros a PMRC;

Os serviços deverão ser executados, observando-se as normas brasileiras, adotando-se técnicas construtivas de bom padrão, obtendo-se um produto final de boa qualidade e bom acabamento;

Os serviços que não atenderem as especificações exigidas, não serão recebidas pela CONTRATANTE, devendo a(s) Empresa(s), às suas expensas e responsabilidade.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
(Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

Parcelamento da Solução:

Trata-se de execução de obra na qual o parcelamento da solução poderia importar na inviabilidade de execução do conjunto dadas as interferências que a movimentação do setor gerariam na execução de suas atividades e apoio às demais áreas do hospital. Assim, a dissociação dos serviços em etapas menores, implicaria na necessidade de um improvável sincronismo de serviços, com grave risco de prejuízos a Administração; além disso poderia haver comprometimento da qualidade e garantia visto complementaridades das atividades executada por



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

Empresas diferentes. Outro ponto de atenção recai ao fato de que é não haveria um aproveitamento de mercado, haja vista que as concorrentes seriam do mesmo nicho empresarial. Logo opta-se pelo não parcelamento do Objeto.

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	831
ASS	

Avaliação de Divisibilidade do Objeto:

O objeto não será parcelado devido à natureza integrada da obra e à necessidade de garantir a continuidade e coesão do projeto, de acordo com o art. 18, §1º, inciso VIII da Lei Federal 14.133/2021.

IX. RESULTADOS PRETENDIDOS

(Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

Resultados Esperados:

A execução do objeto visa realizar intervenções nos logradouros envolvidos, recuperando-os dos danos causados pelos elevados índices pluviométricos registrados nos últimos anos e intempéries, implementando melhorias e viabilizando a utilização adequada e segura, visando proporcionar maior qualidade de vida para os munícipes residentes nestes locais e transeuntes, facilitando o deslocamento de pessoas e mercadorias. Garantindo a segurança e a estabilidade dos locais.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

(Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)

Providências Prévias à Contratação:

Os trâmites da administração municipal incluem autorização para licitação após a análise e juntada de toda a documentação orçamentária e técnica, aprovação pela Procuradoria Geral do Município, Controle Interno Municipal e Secretaria Municipal de Administração. Após a análise, é emitido o parecer do ordenador da despesa e dado seguimento até a emissão da ordem de início das obras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

Necessidade de Capacitação de Servidores:

Tanto a Secretaria Municipal de Saúde quanto a de Planejamento Urbano, Obras e Serviços Públicos possuem em seu quadro profissional com registro em órgãos de classe e experiência em obras públicas. Portanto, não há necessidade de capacitação adicional de servidores.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
(Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	532
ASS	

Necessidade de Contratações/Aquisições Correlatas:

Não há necessidade de contratações correlatas, uma vez que a execução do objeto foi planejada e orçada levando-se em conta as funcionalidades dos logradouros e áreas e os possíveis "transtornos" momentâneos causados pela execução, não havendo necessidade de implementação de medidas complementares, como locação temporária de imóveis, desvios de trânsito para áreas adjacentes etc.

XII. DA SUBCONTRATAÇÃO NA EXECUÇÃO
(Art. 122 da Lei 14.133/2021)

É vedada em qualquer hipótese a subcontratação total ou parcial do objeto licitado.

XIII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS
(Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)

Critérios de Sustentabilidade:

A mitigação dos impactos ambientais deve ser uma das prioridades da contratação e execução de toda obra pública, com esse objetivo todo planejamento e concepção dos projetos, descrições, memoriais e especificações foram desenvolvidos adotando-se medidas e optando-se por técnicas que menor ação negativa tivessem sobre o meio ambiente. Nesse sentido, prioridade deve ser dada



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	830
ASS	

para:

- 1) Emprego de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis;
- 2) Utilização de andaimes preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- 3) Os materiais e equipamentos a serem utilizados na edificação deverão atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental no decorrer da obra;
- 4) Destinação adequada dos resíduos gerados no decorrer da obra, através da elaboração do projeto de gerenciamento de resíduos sólidos da construção;
- 5) Utilização de revestimentos impermeáveis e antipoluentes;
- 6) Aproveitamento da luz natural;
- 7) Uso de lâmpadas de Led de alta eficiência energética, qualidade e durabilidade, e luminárias eficientes;
- 8) Uso de cabos e fios de alta eficiência elétrica e baixo teor de chumbo e policloreto de vinila – PVC.
- 9) Construção de rampas com inclinação adequada para acesso dos pedestres com dificuldades de locomoção;
- 10) Adoção de práticas racionais na utilização de água;

Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	534
ASS	

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A execução do objeto gerará detritos que deverão ser coletados e encaminhados, conforme sua classificação, para destinação fim correta, sendo responsabilidade da CONTRATADA o encaminhamento destes para a destinação final. A fiscalização deverá se encarregar de exigir e acompanhar o pleno cumprimento das obrigações da contratada quanto à deposição de entulho em aterro sanitário ou da subcontratação de empresa regulamentada para gerenciamento de resíduos.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada e de que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

A execução do objeto está atrelada a Licença ambiental a ser expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e agricultura do Município de Rio Claro/RJ.

XIV. MAPEAMENTO DE RISCO

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 346/25

FL Nº 538

[Handwritten signature]

RISCO	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
Questionamentos excessivos acerca dos parâmetros do certame	Baixa	Baixo	Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Edital e em seus anexos	Republicação do Edital com correção dos itens alvos de impugnação.
Licitação deserta	Baixa	Médio	Definição de observando requisitos que exigências técnicas poderiam ter provocado a compatíveis com o desistência de possíveis objeto a ser licitado empresas interessadas	Republicação do Edital
Contratada se recusar a assinar o contrato.	Baixa	Alto	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação
Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato.	Baixa	Alto	- Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou serviços semelhante ao contratado. - Exigir o nível máximo de garantia contratual permitido em lei com vistas a assegurar o compromisso da empresa na prestação adequada dos serviços.	Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.
Falta de Capacidade financeira da empresa para prestar os serviços	Médio	Alto	Habilitação financeira art. 69, da Lei nº 14.133/2021.	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação e aplicação de sanções
Falência da empresa vencedora	Baixa	Alto	- Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômica financeira. - Exigir garantia contratual, conforme Art. 96 da	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS

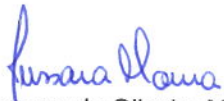
			Lei nº 14.133/2021.	
Fornecimento de materiais e equipamentos sem qualidade	Média	Alto	Exigência de prova gráfica e controle prévio à utilização dos produtos.	Devolução dos materiais de baixa qualidade, não aceite dos serviços executados de forma não conforme com as especificações e aplicação de sanções


XV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)

Este membro da Comissão Orçamentária declara VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, conforme as normas estabelecidas na Lei Federal de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

Rio Claro – RJ, 17 de outubro de 2025


Jussara de Oliveira Moura
Diretor Geral/Membro de Comissão
Matrícula 21/392


Engº. Lucas Rodgers Fontes
Diretor de Departamento
CREA – RJ 2019100734
Matrícula 33/741

PROCESSO Nº	346/25
FL Nº	836
ASS	